

Acabar com a inflação é o objetivo econômico número um do País nesta fase e, para atingi-lo, será preciso pôr fim à indexação. Não temos nenhuma dúvida a esse respeito e achamos perfeitamente natural que o governo esteja estudando desde já formas de desindexar, acabando com a correção automática de salários, a Taxa Referencial (TR) no sistema financeiro e a Unidade Fiscal de Referência (Ufir). O problema, naturalmente, é como fazê-lo, evitando o que a atual equipe econômica sempre procurou cuidadosamente evitar — choques na economia —, de modo a preservar a credibilidade do programa de estabilização.

Uma das idéias em discussão é eliminar em janeiro de 1995 a correção dos salários, na data-base de cada categoria, pela variação acumulada do IPC-r a contar de 1º de julho. Jamais imaginávamos que o governo estaria tencionando dar um calote nos assalariados, e fórmulas tecnicamente bem elaboradas vêm sendo propostas para proporcionar uma compensação aos trabalhadores com data-base no primeiro semestre do próximo ano. É difícil, mas não está excluída a hipótese de que se encontre uma solução aceitável para os inte-

ressados. Mas, de qualquer forma, o governo deve estar bem consciente do custo político de mudar as regras que ele próprio estabeleceu.

Nunca é demais lembrar que grande parte da força do Plano Real advém do fato de o governo, ao lançá-lo, não ter recorrido a confiscos, violentação de contratos e a controles de preços. Quebrar uma promessa relativa aos salários, contida na Medida Provisória do Real, que prevê sua correção, pelo espaço de um ano, pelo IPC-r, não deixaria certamente de evocar lembranças de um período que, queremos crer, ficou definitivamente para trás.

Parece-nos mais aconselhável que, nos primeiros seis meses de 1995, o governo mantenha as regras para o reajuste dos salários, aproveitando o tempo para ir preparando a população para um novo período em que as negociações entre empregadores e empregados serão inteiramente livres, o que exigirá mudanças na legislação pertinente e, sobretu-

## Estratégia em esboço

do, uma nova conscientização dos agentes econômicos.

Sim, a inflação teve um repique em outubro, o que causou preocupações compreensíveis. Mas a tendência da inflação, como confirmam os institutos de pesquisa, continua sendo de baixa. Se a correção dos salários pode ser um fator realimentador dos preços, não é o único, o que tornaria particularmente delicada a situação se continuar havendo um resíduo inflacionário mesmo depois da desindexação generalizada.

Quanto às idéias para remuneração das cadernetas de poupança, talvez elas pudessem ser postas em prática mais rapidamente, eliminando-se a TR. Essa taxa não precisaria, necessariamente, existir, se os bancos fossem livres para oferecer aos aplicadores nessa modalidade uma remuneração diferenciada. O fim da TR já é prenunciado, por sinal, pela instituição da Taxa de Juros de Longo Prazo

(TJLP), a ser utilizada em financiamentos do BNDES e, como se cogita, poderia servir também para um novo tipo de cadernetas “casadas”, destinadas à poupança para aquisição da casa própria.

Tudo isso deve ser bem sopesado, tendo em vista o período de adaptação por que estão passando as instituições financeiras. O mesmo se aplica à Ufir, congelada para pagamento de impostos em dia até 31 de dezembro, mas que sofre reajustes para a taxação de aplicações no mercado financeiro, para o cálculo do Imposto de Renda na fonte e cobrança de tributos em atraso. Embora pareça mais fácil, a desindexação de impostos é talvez a maior preocupação dos governos nos três níveis, dados os seus tão temidos efeitos sobre a arrecadação.

Não quer isso dizer que o futuro governo esteja de mãos atadas. Bem ao contrário. Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da República para promover as mudanças que o País requer e as promoverá. Mas, de acordo com o mesmo estilo com que preparou o Brasil para o Plano Real, cada lance seu será um passo tático dentro de uma estratégia.